Sem sombra de dúvidas, concordemos ou não com a condução dos processos da lava-jato, o impacto no mundo corporativo é incontestável. Com certeza, este movimento, alterou a agenda dos gestores, principalmente quanto à maneira de tratarem o risco de não conformidade com o programa de integridade da lei anticorrupção.

Valores como a ética e sustentabilidade passam a ter real valor de mercado. As empresas começam a entender que são parte da solução no processo de combate à corrupção, seja nas negociações com organismos do setor público, ou com negociações no setor privado.

A antiga afirmação no mundo dos negócios, principalmente no Brasil, de que os meios utilizados, mesmo que não éticos são justificáveis para alcançar as metas e resultados, já não é mais reconhecido como sendo a forma de se fazer negócios.

Isto por si só já é uma grande mudança e um significativo desafio para a ética corporativa. Não é mais possível ter o racional de que “levar vantagem” ou se utilizar de métodos não éticos seja a maneira de se fazer negócio aqui no Brasil.

As corporações, de uma forma equivocada, acreditam que o caminho para esta “nova empresa” seja simplesmente a existência de uma política ou estrutura de “compliance”, mas infelizmente não é.

Os desafios que as corporações enfrentarão são muito maiores. Com certeza ela passará por uma profunda mudança em sua forma e em sua cultura de gestão, abrangendo todos os seus níveis hierárquicos, principalmente os níveis mais altos da administração.

A alta administração deverá assumir sua responsabilidade de governança, através do irrestrito comprometimento aos valores éticos e morais, os quais deverão estar presentes em todos os níveis da organização e que serão os direcionadores da conduta e das atitudes de todos os colaboradores. Os gestores executivos devem exemplificar este comprometimento apoiando e observando os fundamentos da boa governança, o qual abrange o gerenciamento de risco e o sistema de controles internos.

A empresa deverá contar com um processo estruturado para o gerenciamento dos riscos corporativos, operacionais e estratégicos, e para isto, os gestores operacionais de todos os níveis deverão ter proficiência na identificação e avaliação dos riscos inerentes aos processos sob sua responsabilidade, bem como ter competência, habilidade e conhecimento para avaliar e tratar estes riscos inerentes.

O ambiente interno da organização deverá ser apoiado por políticas internas de definição de responsabilidades e autoridades, com uma política de aprovação e alçadas objetiva, com um processo de prestação de contas estruturado.

Neste novo ambiente, com o advento da responsabilidade objetiva, um dos desafios é a necessidade da empresa contar com um modelo robusto de gerenciamento da ética pelos terceiros e prestadores de serviços envolvidos na operação.

Importante salientar que não é possível falar em governança sem que exista um estruturado processo de gerenciamento de riscos, o qual por sua vez, necessita de um robusto e otimizado sistema de controles internos.

Um sólido canal de denúncias, interna ou externa, também faz parte de todo este processo.

A auditoria interna também terá sua parcela de responsabilidade para o fortalecimento de todos estes novos fundamentos da governança, entretanto, para isto, ela deverá estar preparada para adicionar valor à corporação avaliando a eficiência e eficácia dos ciclos de negócios, o sistema de

controles internos para a manutenção do processo de “compliance” e confiabilidade dos dados e informações.

(08.09.2016)

CROSSOVER
CONSULTING & AUDITING